

A mundialização do capital

*Neoliberalismo
e globalização
atravessam
as fronteiras
e provocam
o crescimento
da exploração
capitalista mundial*

Manifestação de membros da ONG espanhola *Ecologistas en acción*, contrários à política de créditos de carbono, instituída pelo Protocolo de Kyoto.

ECOLOGISTAS EN ACCIÓN



Desde o fim da década de 1930, havia nos governos de quase todos os países do mundo uma tendência a políticas econômicas intervencionistas.

Durante quatro décadas, em meados do século XX, os Estados nacionais controlaram e regulamentaram setores fundamentais da economia, visando garantir a estabilidade econômica e a segurança social. Empresas estatais foram criadas para atender às necessidades dos mais diversos setores econômicos e dar assistência à população. Legislações trabalhistas foram elaboradas pelos Estados a fim de garantir a segurança das classes desprovidas no sistema capitalista. Atingiu-se um ponto em que metade da riqueza de toda a economia mundial era propriedade dos Estados, desde grandes empresas estatais até as riquezas do subsolo, passando por bens móveis e imóveis.

Típico dessa tendência foi o **estado de bem-estar social** (*welfare state*), expressão usada para se referir ao conjunto de medidas adotadas por países da Europa ocidental, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, que visava atender às necessidades básicas dos trabalhadores (assistência médico-hospitalar, educação, moradia e amparo a doentes, inválidos, idosos, desempregados e gestantes, além de um forte setor de seguridade social). Alguns países chegaram a investir 50% de seus orçamentos em atendimento social.

Os efeitos da crise de 1929 forçaram alterações no sistema capitalista, que conduziram a uma nova forma de organização — ou um “neocapitalismo” — em que a iniciativa privada convivia com ações reguladoras do Estado. A ação estatal garantiu um período de estabilidade e crescimento industrial extraordinário em diversos países capitalistas europeus e asiáticos, como a Alemanha e o Japão, que se tornaram verdadeiros pólos econômicos em seus continentes.

Política do Estado mínimo

No fim da década de 1970, com a economia mundial em uma grave crise provocada pelos aumentos do preço do petróleo, alguns especialistas passaram a defender a necessidade de que fossem eliminadas todas as interferências dos Estados na economia. Começava a nascer a tese do Estado mínimo, isto é, um total reordenamento da economia, de modo que o Estado participasse minimamente das atividades e decisões políticas e econômicas.

Os países da periferia do capitalismo — o chamado **Terceiro Mundo** — encontravam-se endividados; mesmo as administrações dos países centrais, integrantes do **Primeiro Mundo**, viam as dívidas aumentarem, em razão da dependência do petróleo importado. Essa matéria-prima era comprada dos países da Opep, majoritariamente árabes, e paga em dólar, já que desde o acordo de Bretton Woods, na década de 1940, a economia mundial estava dolarizada.

Como a concentração de dólares nos países árabes — os chamados **petrodólares** — era muito

grande, os bancos passaram a emprestar recursos para empresas e países do Terceiro Mundo (neste particular, destaca-se o crescimento da dívida externa brasileira).

No fim da década de 1970, a moeda norte-americana começou a se desvalorizar, por causa da grande quantidade de dólares que circulava na economia mundial. Vendo seu dinheiro desvalorizado em relação a outras moedas (como o marco alemão e o iene japonês), o governo dos Estados Unidos decidiu elevar os juros e valorizar o dólar. Desde então, as economias dos países do mundo capitalista, que se encontravam atreladas ao dólar, entraram em crise. As dívidas externas cresceram, as indústrias diminuíram o ritmo de produção, o desemprego aumentou e a arrecadação dos Estados diminuiu drasticamente. O Estado de bem-estar social entrou em crise, e a economia capitalista voltou a vislumbrar o pior dos mundos: o fenômeno da “estagnação”, ou seja, estagnação com inflação.

Os defensores do Estado mínimo difundiam a idéia de que

Manifestação antiglobalização em Roma.



Globalização é um amplo processo de integração da economia mundial, com a abertura dos mercados às transações comerciais e financeiras entre os países. Na prática, a globalização é conduzida por grandes empresas e corporações empresariais transnacionais, com o apoio dos governos dos países desenvolvidos.

os Estados nacionais eram os grandes responsáveis pela falência dos próprios países; creditavam o crescimento das dívidas dos países à ineficiência das máquinas administrativas públicas e, por isso, prescreviam uma receita que incluía a desestatização das economias nacionais. A doutrina que nasceu dessa proposta foi denominada **neoliberalismo**.

A doutrina encontrou forte ressonância nos governos da primeira-ministra britânica, a conservadora **Margaret Thatcher**, e do presidente republicano dos Estados Unidos, **Ronald Reagan**.

Durante as décadas de 1980 e 1990, outros países seguiram os exemplos britânico e norte-americano. Nos países mais pobres, o Estado, sem o menor planejamento, concedeu à iniciativa pri-

vada o direito de atuar nas áreas da saúde (por meio de planos privados), comunicação (telefonia, por exemplo), petróleo, geração e distribuição de energia e em outros setores essenciais.

Por exigências de organismos econômicos internacionais, como o FMI, que responsabilizava as “dispendiosas” empresas estatais pelas sucessivas crises enfrentadas pelos países pobres, os governos passaram a cortar gastos nas áreas sociais, arruinando setores antes atendidos pelo Estado, como educação e saúde, e modificando ou suprimindo leis de proteção aos trabalhadores.

Grandes empresas e conglomerados econômicos beneficiaram-se dessas políticas, pois assumiram o controle de empresas lucrativas, pagando preços inferiores aos valores reais, além de se livrarem do “ônus” representado pelos direitos trabalhistas e de reduzirem as despesas com impostos.

Entre as conseqüências da aplicação da doutrina neoliberal, destacam-se a elevação dos níveis de desemprego, o aumento das desigualdades sociais e da miséria e a ruína de pequenas e médias empresas nacionais, impossibilitadas de competir com os grandes conglomerados internacionais. Em decorrência desse quadro, a violência urbana e o crime organizado cresceram, acompanhando a exclusão social.

A difusão da doutrina neoliberal ocorreu no mesmo instante — o que não foi apenas uma coincidência — em que es-

tava em andamento a **globalização** (economia-mundo ou mundialização) da economia do mundo capitalista.

A globalização faz parte do lento processo de evolução do capitalismo, uma etapa que busca reduzir custos e aumentar a produção e a distribuição de mercadorias em **escala mundial**. Para isso, é preciso eliminar barreiras alfandegárias que vigoram nas relações comerciais entre os países e investir maciçamente em tecnologias de produção e comunicações.

A idéia de globalização da economia não surgiu repentinamente. Na verdade, é parte de um processo iniciado nos séculos XV e XVI, com a conquista, pelos Estados europeus modernos, de mercados fornecedores de matérias-primas e consumidores de manufaturados, no mundo além da Europa, durante a expansão ultramarina. Os lucros provenientes da exploração colonial foram, em grande parte, investidos no desenvolvimento da produção fabril, intensificando a expansão dos mercados, ao longo dos séculos XVIII e XIX. A expansão imperialista e a montagem de uma nova estrutura colonial — o **neocolonialismo** — dinamizou e deu novo formato — ao processo. A internacionalização da crise capitalista de 1929 foi o sinal de que já havia uma acentuada interdependência e integração entre as economias do mundo.

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, foi dado o grande passo para a liberalização econômica, quando, em 1947, foi assinado o **Acordo Geral de Tarifas e Comércio** (GATT) e, posteriormente,

Margareth Thatcher no funeral do ex-presidente norte-americano Ronald Reagan, em 2004. Os dois chefes de governo foram os grandes artífices do neoliberalismo que marcou o mundo no fim da década de 1980. Com eles, o neoliberalismo tomou forma e expandiu-se para os mais distantes pontos do planeta.



NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION

foi criada a **Organização Mundial do Comércio** (OMC), com o objetivo de regulamentar as taxas alfandegárias.

Com a desintegração da União Soviética e o colapso do socialismo real nos países do leste da Europa, as potências capitalistas, isto é, as grandes corporações empresariais dos países desenvolvidos, viram ampliar o mercado consumidor de seus produtos, pois centenas de milhões de novos consumidores foram integrados ao mercado mundial. Apenas a inserção da China significa a enorme cifra de um bilhão de consumidores.

Na década de 1950, os países europeus iniciaram um processo paralelo ao da internacionalização da economia e, ao mesmo tempo, importante para a conclusão da globalização. Foi a formação de **blocos econômicos**, que são associações de países para eliminar ou diminuir barreiras alfandegárias entre eles. Em 1957, nasceu a Comunidade Econômica Européia (CEE), que, em 1991, pelo Tratado de Maastricht, se transformou na União Européia (UE).

Uma agressiva política globalizante foi empreendida pelos governos das grandes potências do mundo capitalista, lideradas pelos Estados Unidos e pelos agentes das grandes corporações transnacionais, maiores beneficiários do processo.

Os custos da globalização

As práticas neoliberais e a globalização da economia obtiveram resultados desastrosos para a maioria da população mundial, em particular a que vive em países da periferia do mundo capitalista. Desde então, o chamado **mercado financeiro** tornou-se global. As bolsas de valores de todo o mundo tornaram-se interligadas por redes de comunicação e computadores, movimentando instantaneamente **capitais especulativos** ou **capitais voláteis**.

Como os países periféricos, ou "países em desenvolvimento", necessitam de dólares para atrair recursos, ainda que na forma de capital especulativo, pagam taxas de juros altíssimas, muito superiores às que

os investidores conseguiriam se aplicassem dinheiro em países ricos. Como resultado, os países ficam à mercê do interesse dos investidores e entram em crise quando os investimentos especulativos são transferidos para mercados mais atrativos.

Grande parte dos empresários do mundo capitalista percebeu que é mais fácil lucrar especulando que produzindo. Em consequência, investem em ações e outros papéis, fazendo diminuir o ritmo da produção industrial. O resultado é estagnação econômica e desemprego crônico. A redução dos postos de trabalho tem um agravante: os investimentos em tecnologia, que resultam na redução da mão-de-obra, em decorrência da substituição de trabalhadores por máquinas. Esses são os principais componentes do chamado **desemprego estrutural**.

Os defensores do neoliberalismo advogam em favor do predomínio das leis de mercado e contra a intervenção do Estado na economia.

Em apenas duas décadas (de 1975 a 1995), a oferta de emprego na indústria caiu aproximadamente 40% nos países industrializados da Europa. Nos países mais pobres, onde os índices de redução do emprego não foram diferentes, os efeitos dessa realidade foram desastrosos: o empobrecimento e a exclusão social fizeram piorar as já precárias condições de vida das classes trabalhadoras, que, sem contar com assistência ou empregos disponibilizados pelo Estado, foram entregues à própria sorte. A privatização da educação e da saúde ocorreu ao mesmo tempo que eram sucateados a escola pública e os serviços estatais de assistência médico-hospitalar. Desamparada e

Marca da Coca-Cola na Arábia Saudita.





O primeiro Fórum Social Mundial ocorreu em Porto Alegre, em janeiro de 2001, com a participação de aproximadamente 18 mil pessoas, vindas de mais de 100 países. Uma das decisões do fórum foi a de voltar a realizar outros encontros em cidades de vários países do mundo, em datas coincidentes com as da realização dos encontros do Fórum Econômico Mundial de Davos. O Fórum Social Mundial de 2005 também foi realizado na capital gaúcha e reuniu mais de 100 mil pessoas. Na foto, Fórum Social Mundial de 2002, na cidade de Porto Alegre (RS).

com poucas alternativas, parte da população jovem passou a se inserir no crime organizado, um mundo paralelo e em expansão, baseado no contrabando e no narcotráfico.

Esses e outros resultados sociais, políticos, culturais e ambientais, causados pela política neoliberal e pelo processo de globalização, provocaram reações em diversos segmentos sociais, nos mais diferentes lugares do mundo.

Manifestações antiglobalização

As **organizações não-governamentais** (ONGs), associações sem fins lucrativos, surgiram na década de 1970, inicialmente como instrumentos de contestação aos efeitos danosos da industrialização crescente. As primeiras ONGs surgiram na Alemanha,

na França e no Canadá, ligadas a grupos ambientalistas — os “verdes”.

Posteriormente, numerosas ONGs passaram a atuar em áreas como a de direitos humanos, justiça, ética na política, exclusão social e outras,

que, a princípio, pareciam combater o modelo neoliberal e a globalização. Todavia, essas instituições acabaram por cumprir um papel complementar ao sistema, pois substituem a atuação de sindicatos, partidos e do próprio Estado, como instrumento de luta política ou como órgãos assistencialistas, que limitam, ou mesmo anulam, as ações políticas das classes trabalhadoras. É inevitável reconhecer, no entanto, que algumas ONGs assumem posição diferente, posicionando-se ao lado dos movimentos antiglobalização.

No fim dos anos 1990, os notórios desastres sociais e ambientais provocados pelo neoliberalismo, pela desregulamentação e pela globalização aumentaram o número de seus opositores. Os alvos principais dos manifestantes antiglobalização eram os organismos internacionais ligados ao comércio e ao sistema financeiro mundial, como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que representam os interesses dos grandes consórcios empresariais e dos governos dos países capitalistas mais ricos.

Em janeiro de 2000, a rede de lanchonetes McDonald's — considerada o maior símbolo da globalização e do *american way of life* — foi alvo de ativistas de movimentos antiglobalização, na cidade de Davos, na Suíça, onde agentes governamentais, especialistas, banquei-

ros e representantes das grandes corporações transnacionais promoviam as reuniões anuais do **Fórum Econômico Mundial**.

Em janeiro de 2001, a ameaça de uma nova manifestação antiglobalização forçou o governo suíço a fechar as fronteiras do país, para impedir a entrada de ativistas, garantindo a realização do Fórum de Davos. Em julho do mesmo ano, durante uma reunião do G-8, na cidade de Gênova, na Itália, a polícia reprimiu com extrema violência uma manifestação de mais de 150 mil pessoas, matando o jovem Carlo Giuliani, de 23 anos, com um tiro na cabeça. Giuliani foi a primeira vítima entre os ativistas antiglobalização.

Como um contraponto às reuniões do Fórum Econômico Mundial (ou Fórum de Davos, como também é conhecido), os opositores do neoliberalismo criaram o **Fórum Social Mundial**. Contando com a participação de sindicalistas, ambientalistas, pacifistas e outros representantes de entidades e associações que combatem o neoliberalismo, o Fórum Social Mundial tem-se mostrado um dos mais importantes espaços de discussões, debates e reflexões. Seu objetivo é formular propostas para a construção de um mundo mais solidário e justo, eliminando ou atenuando os efeitos perversos das práticas neoliberais e da globalização, impostos pelos países ricos. Segundo os participantes do fórum, o neoliberalismo e a globalização estão edificando uma sociedade cuja referência maior é o capital, em detrimento da própria vida humana. Cientes de que a globalização é um fenômeno histórico irreversível, eles propõem uma “outra globalização”. Daí seu lema: “Um outro mundo é possível”. ■